



Política para a Implementação da Educação Integral em Tempo Integral nas Escolas Públicas Municipais de Banabuiú-CE no Ano de 2024: Avanços, Dificuldades e Desafios

Nyvea Cilene Nogueira Torres¹; Raimundo Edilberto Moreira Lopes²

Resumo: Este artigo discute a implementação das escolas em tempo integral no município de Banabuiú, Ceará, focando nos avanços, dificuldades e desafios enfrentados nesse processo. A pesquisa aborda o contexto educacional da cidade, os objetivos da implementação, a estrutura das escolas de tempo integral e os impactos observados na qualidade do ensino e no desenvolvimento dos alunos. Os avanços incluem o aumento da permanência dos estudantes na escola, a ampliação das oportunidades de aprendizado e a melhoria na infraestrutura escolar. No entanto, o processo também enfrentou dificuldades, como a falta de infraestrutura física, a necessidade de formação continuada dos professores e os desafios logísticos e financeiros para garantir a oferta contínua de atividades extracurriculares. O artigo ainda aponta os desafios que ainda persistem, como a manutenção da qualidade do ensino frente à escassez de recursos e a necessidade de um maior envolvimento da comunidade e do poder público. O estudo contribui para a reflexão sobre a implementação de políticas educacionais em contextos locais e contribui com a experiência para outras localidades que buscam implantar o modelo de escolas em tempo integral.

Palavras-Chave: escolas em tempo integral, Banabuiú, educação, políticas públicas, desafios educacionais, avanços.

Policy for the Implementation of Full-Time Comprehensive Education in the Municipal Public Schools of Banabuiú-CE in the Year 2024: Advances, Difficulties and Challenges

Abstract: This article discusses the implementation of full-time schools in the municipality of Banabuiú, Ceará, focusing on the advances, difficulties and challenges faced in this process. The research addresses the educational context of the city, the objectives of the implementation, the structure of full-time schools and the impacts observed on the quality of education and student development. The advances include increasing student retention in school, expanding learning opportunities and improving school infrastructure. However, the process also faced difficulties, such as the lack of physical infrastructure, the need for ongoing teacher training and the logistical and financial challenges to ensure the continuous provision of extracurricular activities. The article also points out the challenges that still persist, such as maintaining the quality of education in the face of scarce resources and the need for greater involvement of the community and public authorities. The study contributes to the reflection on the implementation of educational policies in local contexts and contributes with experience to other locations that seek to implement the full-time school model.

Keywords: full-time schools, Banabuiú, education, public policies, educational challenges, advances.

¹ Secretaria Municipal de Banabuiú - Banabuiú/Ceará. Nyvea.torres@prof.ce.gov.br;

² Secretaria Municipal de Banabuiú - Banabuiú/Ceará. Autor correspondente: raimundo.lopes@prof.ce.gov.br.

Introdução

A globalização, os grandes avanços tecnológicos, a rapidez na construção de conhecimentos, bem como a necessidade de assimilação de informações têm provocado transformações em toda a sociedade, sendo urgente novos modelos de escolas e novas formas de aprendizagem. Araújo (2024) aponta que “a educação integral surge como um espaço de aprendizagem e a consecução da formação de jovens autônomos, para além de uma formação fragmentada. Mas de uma formação que seja apreendida em toda a sua plenitude” (Araújo *et al*, 2024, p.10).

Nessa direção, a escola se torna um dos elementos essenciais ao desenvolvimento do potencial humano, dada a sua natureza educativa e o seu potencial formador. Nesse contexto, a educação em tempo integral, enquanto concepção, insere-se como um fator imprescindível para a concretização de um ensino de qualidade, uma vez que ela oferece a possibilidade de ampliar tempos, espaços e oportunidades educacionais numa perspectiva de currículo integrado e transversalizado. Nesta perspectiva, um novo olhar inovador e inclusivo às questões centrais do processo educativo se impõe, sobre o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado.

Diante dessa realidade a Secretaria Municipal de Educação de Banabuiú reafirmando seu compromisso com a educação integral, implementa escolas em tempo integral em todas as escolas da rede, visando a formação e o desenvolvimento humano global, o que significa compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual ou a dimensão afetiva.

A referida pesquisa tem o objetivo de conhecer os resultados da implementação das escolas em tempo integral na rede municipal de ensino e avaliar os impactos dessa política educacional sobre a aprendizagem, o desenvolvimento integral dos estudantes e a qualidade do ensino da rede municipal. Essa análise permite identificar avanços, desafios e áreas de melhoria, além de embasar decisões para a continuidade, ampliação ou ajuste da iniciativa, garantindo maior efetividade e alinhamento às necessidades da comunidade escolar.

Histórico do Município de Banabuiú

O município de Banabuiú está localizado no estado do Ceará, na região Nordeste do Brasil. Possui uma população de aproximadamente 17 mil habitantes, de acordo com dados recentes.

Banabuiú teve início primeiro com um nucleamento urbano, o antigo Mudubim, que nasceu em decorrência do açude Arrojado Lisboa início da década de 50, obra realizada pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obra Contra as Secas). Hoje, o reservatório figura como a terceira maior bacia hidrográfica do estado do Ceará, superado pelo Orós e o Castanhão e quarta maior do Nordeste do Brasil.

O nome Banabuiú é de origem indígena e significa “Brejo das Borboletas” ou “Vale das Borboletas”, a formação da composição é Bana (Borboleta), e Buy ou Puyú (Brejo). Registros antigos do escritor e político cearense Tomás Pompeu de Sousa Brasil argumentava que Banabuiú significa “Rio que dá muitas voltas”.

O desmembramento político-administrativo em relação a Quixadá só ocorreu em 25 de janeiro de 1988, através da Lei 11.427, quando foi elevado à categoria de município, formado por cinco distritos: sede, Sitiá, Laranjeiras, Pedras Brancas e Rinaré.

Banabuiú tem uma forte cultura local, com festas populares, como a Festa de Nossa Senhora de Fátima, padroeira do município, que ocorre em maio. Banartes, feira de artes de Banabuiú onde são realizadas diversas manifestações culturais, tais como: festas juninas com danças típicas e comidas tradicionais da região, festival de violeiros, cordel, produção e exposições de artes, entre outras.

Assim, os objetivos da pesquisa foram: a) conhecer os resultados da implementação das escolas em tempo integral na rede municipal de ensino e b) avaliar os impactos dessa política educacional sobre a aprendizagem, o desenvolvimento integral dos estudantes e a qualidade do ensino da rede municipal. Mais especificamente: a) Identificar os impactos no aprendizado das disciplinas da base nacional comum curricular, comparando resultados antes e depois da implementação do programa, b) Examinar se as escolas possuem os espaços, materiais e suporte adequados para implementar a educação integral com qualidade, c) Reconhecer obstáculos enfrentados na execução do modelo e propor estratégias para superá-los, d) Reconhecer obstáculos enfrentados na execução do modelo e propor estratégias para superá-los, e) Compreender a opinião de professores e gestores sobre a qualidade e relevância das ações

promovidas nas escolas em tempo integral, e por fim, f) Fornecer dados que apoiem o planejamento de ações futuras, como ampliação do programa, ajustes pedagógicos ou reestruturação de políticas.

Educação Integral e Escola em Tempo Integral

Educação integral não é um termo recente, existe desde a antiguidade, embora alguns teóricos tenham se expressado em outra linguagem, todas apresentam o mesmo sentido:

Aristóteles já falava em educação integral. Marx preferia chamá-la de educação “*omnilateral*”. A educação integral, para Aristóteles, era a educação que desabrochava todas as potencialidades humanas. O ser humano é um ser de múltiplas dimensões que se desenvolve ao longo de toda a vida. Educadores europeus como o suíço Édouard Claparède (1873-1940), mestre de Jean Piaget (1896-1980), e o francês Célestin Freinet (1896-1966) defendiam a necessidade de uma educação integral ao longo de toda a vida. No Brasil, destaca-se a visão integral da educação defendida pelo educador Paulo Freire (1921-1997), uma visão popular e transformadora, associada à escola cidadã e à cidade educadora (Padilha, 2009, p.21).

Corroborando com o entendimento, Araújo 2024, *Apud* Anísio Teixeira aponta que “a escola eficaz, deveria pautar-se na formação de tempo integral, pois defendia que as crianças de todas as posições sociais deveriam ter o contato com as diversas atividades educativas, além de alimentação e de atendimento médico-odontológico, proporcionando às classes populares o acesso a uma escola de qualidade e de formação integral do homem”.

A educação integral é um conceito que busca promover uma formação mais ampla e abrangente para os estudantes, para além do ensino acadêmico convencional. Ela propõe uma visão holística do desenvolvimento humano, considerando não apenas os aspectos cognitivos, mas também os emocionais, sociais, culturais e físicos.

A escola de tempo integral é uma modalidade de organização escolar que busca oferecer uma jornada mais ampliada de atividades educativas aos alunos, além do período regular de aulas. Nesse modelo, os estudantes permanecem na escola por um tempo maior, participando de diferentes atividades que complementam e enriquecem o currículo.

A ideia por trás da escola em tempo integral é proporcionar aos alunos oportunidades de aprendizagem diversificadas, que vão além das disciplinas curriculares básicas. Isso pode incluir atividades como esportes, artes, música, dança, teatro, atividades socioemocionais, projetos de pesquisa, projetos de vida, atividades de campo, entre outras. A intenção é ampliar

os horizontes dos estudantes, desenvolver habilidades socioemocionais, promover a participação cidadã, estimular a criatividade e proporcionar experiências enriquecedoras.

A escola em tempo integral também pode oferecer serviços como alimentação, acompanhamento pedagógico, apoio psicossocial, orientação vocacional e acesso a recursos culturais e esportivos, buscando atender às necessidades integrais dos estudantes.

No contexto brasileiro, a educação em tempo Integral ganhou destaque a partir de políticas públicas que visam ampliar o acesso dos alunos a essa modalidade. O Programa Mais Educação, por exemplo, foi criado pelo Ministério da Educação em 2007 com o objetivo de fomentar a educação integral nas escolas públicas, ampliando a carga horária dos estudantes e diversificando as atividades oferecidas.

A implementação da escola de tempo integral enfrenta desafios relacionados à infraestrutura, formação de professores, planejamento curricular, articulação com a comunidade e gestão escolar. No entanto, pesquisas têm mostrado que a educação em tempo integral pode trazer benefícios significativos para os estudantes, como melhoria no desempenho acadêmico, redução da evasão escolar, desenvolvimento de habilidades socioemocionais e maior engajamento com a aprendizagem.

É importante destacar que a escola de tempo integral não substitui a importância do tempo livre, do descanso e da convivência familiar. O equilíbrio entre as diferentes dimensões da vida dos estudantes é fundamental para seu desenvolvimento integral.

Implementação da rede municipal em tempo integral

A Lei complementar estadual nº 297, de 19 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a ampliação do Programa Aprendizagem na Idade Certa – Mais PAIC, que a partir de então passa a ser denominado PAIC Integral.

Através da referida Lei foi criado o Programa de Aprendizagem na Idade Certa – Integral (PAIC Integral), que tem como objetivo a promoção da aprendizagem na idade certa, bem como o seu fortalecimento com equidade e a universalização do Ensino Fundamental em tempo integral na rede pública municipal de ensino do Estado do Ceará, a partir da cooperação Inter federativa de natureza técnica, pedagógica e financeira.

Os objetivos do PAIC Integral são desenvolvidos para incentivar a implementação inicial do tempo integral, em regime de colaboração com as redes municipais de ensino, no

período de 2023 a 2026, observando o art. 2º da Lei Complementar 297, de 19 de dezembro de 2022.

As ações previstas no referido Decreto serão implementadas em parceria com as Secretarias Municipais da Educação, com foco nas escolas, professores, alunos e comunidades atendidas pelas redes municipais.

Para a implementação do programa, a Secretaria da Educação do Estado – Seduc, em cooperação com os municípios participantes, promoverá ações de formação técnica e pedagógica, assessoria na construção, distribuição e implementação de materiais pedagógicos, avaliação formativa, diagnóstica e somativa das etapas do Ensino Fundamental e incentivo à estruturação do currículo com foco na promoção da equidade e na melhoria da qualidade educacional.

Para universalização do tempo integral nas séries finais do Ensino Fundamental na rede pública municipal de ensino, será destinado incentivo financeiro aos municípios. A colaboração financeira se baseará:

- I - no número de alunos do censo escolar do ano anterior na rede pública municipal de ensino;
- II - no protocolo de intenção do município, indicando o percentual de matrícula em tempo integral no ano/série a ser implementado;
- III - na matrícula inicial do censo escolar do ano em curso, na rede pública municipal de ensino, referente ao ano/série de implementação.

Acerca dos procedimentos de implementação da modalidade de tempo integral, o referido decreto explicita que:

§1º No primeiro ano do programa, a integralização acontecerá nas turmas de 9º ano, em 2023, seguindo-se do 8º ano, em 2024, 7º ano, em 2025, e 6º ano, em 2026.

§2º Após o primeiro ano de implementação do ano/série contemplado, conforme disposto no §1º, deste artigo, este será desconsiderado nos repasses financeiros.

§3º O ano/série não implementado nos termos do §1º, deste artigo, não poderá ser implementado nos anos subsequentes.

§4º O incentivo financeiro para implementação inicial respeitará a sequência prevista no inciso I, sendo um ano/série em cada ano letivo.

§5º A gradação poderá alcançar os anos iniciais do Ensino Fundamental, caso o município já tenha integralizado os anos finais, antes de encerrados os quatro anos de duração do PAIC Integral.

O município de Banabuiú assinou o termo de adesão ao programa PAIC integral tendo em vista a contribuição que tal iniciativa oferece

Para dar conta da complexidade que envolve a formação humana, numa perspectiva integral, outros temas devem aparecer no currículo, numa perspectiva transversal, corroborando para a integração entre componentes curriculares. (DCRC, p. 73, 2019).

Em 2024, o município de Banabuiú emite Decreto de número 198/2024, que cria a política de educação integral na perspectiva de escolas em tempo integral na rede municipal de ensino.

Entretendo, faz-se necessário evidenciar que o município de Banabuiú já tinha iniciativas da integralização da rede de ensino, haja vista que no ano de 2018 foi implementada a modalidade em tempo integral na Escola de Ensino Fundamental Irmã Ruth Távora de Albuquerque, na sede do município, que se tornou, deste modo, a unidade de ensino pioneira nessa modalidade no município de Banabuiú.

Diante das experiências positivas em 5 (cinco) anos nessa modalidade na escola Irmã Ruth, em 2023, o ensino integral foi implementado em outras escolas da rede de ensino, como na Escola Raul Urquidí, que passou a funcionar totalmente em tempo integral. As demais unidades de ensino fundamental, por sua vez, implementaram a referida modalidade em todas as turmas de 9º anos.

Em 2024, 11 (onze) unidades escolares do ensino fundamental maior foram implementadas com tempo integral nas turmas 8º anos.

Atualmente, o município possui 17 unidades de ensino, com 3447 alunos matriculados, sendo destes, 1090 alunos na modalidade em tempo integral, representando 31,6% da rede. O município continuará implementando a modalidade de tempo integral de forma gradual na rede de ensino. Está previsto para 2025 a modalidade em todas as turmas de 7º, 8º e 9º anos, e assim sucessivamente, até que todas as unidades estejam totalmente em tempo integral.

Participação Social e Criação dos Comitês de Educação Integral

Na implantação do ensino em tempo integral na rede municipal de Banabuiú-CE, foi elaborado um plano de implementação da referida modalidade. Esta norma trouxe um eixo chamado gestão escolar e participação da comunidade.

A gestão escolar e a participação da comunidade são fundamentais para o desenvolvimento de uma escola em tempo integral. A gestão escolar é responsável por coordenar e organizar todas as atividades que acontecem na escola, enquanto a participação da comunidade é responsável por trazer novas perspectivas e necessidades ao ambiente escolar.

A gestão escolar deve trabalhar em conjunto com a comunidade para garantir um ambiente educacional completo e seguro. Para isso, é necessário que a gestão escolar tenha uma boa comunicação com os pais e responsáveis, criando canais para que eles possam participar e se envolver nos projetos escolares.

A participação da comunidade também pode ser vista através da promoção de atividades que envolvam a participação de voluntários, por exemplo, na oferta de aulas de idiomas, artes, esportes, cultura, entre outras atividades extracurriculares.

É importante que a instituição escolar esteja aberta às demandas da comunidade, para atender às expectativas e necessidades locais. Em uma escola em tempo integral, a gestão escolar deve garantir a qualidade dos serviços e atividades oferecidos, bem como a satisfação dos alunos e responsáveis.

Dessa forma, a gestão escolar e a participação da comunidade em escolas em tempo integral são fundamentais para o sucesso da educação e para a formação integral do aluno.

A estrutura dessa modalidade exige cada vez mais a participação da comunidade (alunos, pais, funcionários, professores, gestores, órgãos colegiados, associações, igrejas e demais organizações da sociedade) na construção e execução do projeto, pois se faz necessário que todos conheçam o projeto e que a instituição de ensino conheça a realidade do seu público, para que assim tenhamos um projeto coletivo.

No município de Banabuiú contamos com a participação da comunidade em reuniões de pais e mestres, como também com participação no acompanhamento diário da rotina escolar.

No entanto, o sistema de ensino deve trazer a participação da sociedade de forma mais efetiva para a construção da própria política de educação em tempo integral que busca uma formação integral do educando. Precisamos conhecer melhor nosso público-alvo, a identidade

dos nossos alunos, seus sonhos, suas expectativas, suas inseguranças, seus traumas, etc. Se faz necessário que a escola conheça melhor a realidade da comunidade e esta conheça melhor como pode participar na construção e execução da política, até que escola e comunidade abrace e defenda o projeto de educação em tempo integral.

A gestão democrática na Rede de Educação é assegurada por uma série de documentos normativos que enfatizam a participação ativa de todos os segmentos da comunidade escolar. Esses documentos incluem a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação, além de regimentos internos e projetos políticos-pedagógicos das escolas. Os documentos Normativos observados foram:

1. Constituição Federal (1988): Estabelece a gestão democrática do ensino público na forma da lei.
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394/96): Determina que a gestão democrática deve ser um dos princípios norteadores da educação pública.
3. Planos de Educação: Os Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação reforçam a importância da participação da comunidade escolar na gestão das instituições de ensino.
4. Regimentos Internos e Projetos Políticos-Pedagógicos (PPP): Estes documentos, elaborados com a participação de todos os membros da comunidade escolar, são instrumentos fundamentais para a implementação da gestão democrática nas escolas.

Instâncias de Participação fomentadas em Banabuiú

Na Secretaria Municipal de Educação de Banabuiú e nas escolas da Rede, diversas instâncias de participação foram fomentadas e instituídas na maioria de nossas unidades para garantir a gestão democrática:

1. Conselhos Escolares: Fóruns que reúnem representantes de professores, pais, alunos e funcionários, responsáveis pela deliberação sobre questões administrativas, pedagógicas e financeiras das escolas.
2. Associações de Pais e Mestres (APM): Organizações que promovem a colaboração entre a comunidade escolar e a administração da escola.

3. Grêmios Estudantis: Entidades formadas por alunos, que representam seus interesses e contribuem para a construção de um ambiente escolar participativo.
4. Fóruns e Conferências de Educação: Espaços de debate e formulação de políticas educacionais, que envolvem diversos atores da comunidade educativa. Necessidades de Fortalecimento Para fortalecer a gestão democrática, é necessário que todos abracem a causa da educação, que todos os envolvidos sejam ouvidos e que as decisões sejam tomadas, sem privilégios, visando nossa principal busca, o desenvolvimento integral de nossos educandos.

A Secretaria Municipal de Educação de Banabuiú, tem tentado, por meio dos termos legais assegurar:

1. Capacitação Continuada: Oferecer formação para todos os membros da comunidade escolar sobre participação e gestão democrática.
2. Transparência: Implementar mecanismos que garantam a transparência nas decisões e na utilização dos recursos.
3. Comunicação Efetiva: Melhorar os canais de comunicação entre a gestão escolar e a comunidade, garantindo que todos tenham acesso às informações e possam expressar suas opiniões.
4. Valorização da Participação: Incentivar e valorizar a participação ativa de todos os segmentos da comunidade escolar nas instâncias de deliberação e decisão.

Participação na Política de Educação Integral em Tempo Integral

Conforme aponta Araújo 2024, *apud* Lota 2025 a implementação de políticas é “a interação entre atores no interior dos ambientes institucionais e relacionais presentes na comunidade política”.

A Política de Educação Integral em Tempo Integral requer a participação ativa de diferentes agentes, profissionais e comunidades escolares:

- Professores e Educadores: Envolver-se no planejamento e na execução de atividades que ampliem o tempo e o espaço educativo, proporcionando um currículo integrado e diversificado.

- Gestores Escolares: Articular a implementação da política, promovendo a integração entre os diferentes setores da escola e a comunidade.
- Alunos: Participar ativamente das atividades propostas, contribuindo com suas ideias e feedback.
- Pais e Responsáveis: Apoiar e participar das atividades escolares, criando um ambiente de cooperação e parceria.
- Comunidade Local: Colaborar com a escola na oferta de atividades complementares, utilizando recursos e espaços comunitários para ampliar as oportunidades educativas.

Fortalecer essa participação envolve a) Formação e Sensibilização: Capacitar todos os envolvidos sobre a importância e os objetivos da educação integral b) Parcerias: Estabelecer parcerias com organizações locais, ONGs e empresas que possam contribuir com recursos e expertise, c) Avaliação e Ajuste: Implementar processos contínuos de avaliação das práticas adotadas, com feedback constante de todos os participantes, para ajustes e melhorias contínuas.

A gestão democrática e a participação ativa da comunidade escolar são essenciais para a construção de uma educação de qualidade, que atenda às necessidades e potencialidades de todos os alunos. Sabemos de nossos inúmeros desafios, mas confiamos na força de nossa intenção e da comunidade.

Concepção de educação integral de acordo com as diretrizes do município de Banabuiú

A educação integral é uma abordagem educacional que busca promover uma formação mais ampla e abrangente para os estudantes, para além do ensino acadêmico convencional. Ela propõe o desenvolvimento completo do ser humano, considerando não apenas os aspectos cognitivos, mas também os emocionais, sociais, culturais e físicos.

Na busca dessa formação integral do discente a escolar deve oferecer uma jornada mais ampliada de atividades educativas aos alunos, além do período regular de aulas. Nesse modelo, os estudantes permanecem na escola por um tempo maior, participando de diferentes atividades que complementam e enriquecem o currículo, trazendo alguns benefícios, tais como:

1. Desenvolvimento pleno dos discentes na construção de habilidades sociais, emocionais, físicas e cognitivas.

2. Valorização da diversidade ao trabalhar um currículo que respeita e valoriza as diferenças regionais, promovendo a inclusão e convivência harmoniosa.
3. Aprendizagem contextualizada na interação das diferentes áreas do conhecimento, com atividades e práticas que envolvem a realidade dos alunos, tornando o aprendizado mais significativo.
4. Participação comunitária no envolvimento da comunidade no processo educativo, fortalecendo a relação escola, família e sociedade.
5. Formação cidadã, através da formação de cidadãos críticos, responsáveis, e participativos da vida em sociedade.

Para o projeto educacional alcançar esses benefícios, o sistema de ensino deve superar alguns desafios presentes na educação brasileira, onde podemos destacar:

- Infraestrutura física das unidades escolares adequadas ao atendimento de um novo currículo;
- Recursos pedagógicos suficientes para a realização de atividades diversificadas e atrativas;
- Formação inicial e continuada de professores para a construção de novas competências da educação integral;
- Currículo integrado que possa garantir o desenvolvimento pleno do educando, através da escolha e oferta de componentes curriculares essenciais para a formação plena do aluno;
- Ampliação do tempo escolar com carga horária anual de 1800 horas de oferta de ensino qualidade;
- Adaptação cultural para a nova estrutura da educação integral, superando o modelo tradicional;
- Avaliação periódica de resultados para melhor acompanhamento do alcance das competências e habilidades da educação integral.

Para a superação dos referidos desafios se faz necessário a pactuação de diversos segmentos, tais como: União, sistemas de ensino, unidades de ensino, comunidade local, sociedade em geral como também parcerias com o setor privado.

Para a criação de uma política de educação integral municipal é preciso seguir e respeitar algumas etapas. Primeiro deve ser criado o marco legal, seguido da realização de um diagnóstico de rede para assim ser elaborado um plano estratégico de implementação do programa. Esse plano abordará os atores envolvidos, o financiamento, a parte pedagógica, o período, os recursos humanos, recursos físicos, parcerias e avaliações do processo.

Nas responsabilidades de cada setor, a secretaria municipal de educação terá a responsabilidade de garantir a infraestrutura física, os recursos pedagógicos, a formação inicial e continuada dos trabalhadores da educação, ampliação do tempo escolar, construção de um currículo diversificado e integrado, acompanhamento sistematizado da avaliação processual e garantia de uma gestão democrática e participativa.

O documento da secretária municipal de educação traz a concepção de sujeito ao conceituar integralidade *“sendo um princípio que busca dar a devida atenção a todas as dimensões humanas, com equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais; ou seja, a integralidade vai além do aumento do tempo do estudante na Unidade Escolar, já que se deve levar em consideração que o processo formativo acontece ao longo da vida de uma pessoa, e que a escola contribui com a formação humana “por meio de práticas educativas associadas a diversas áreas do conhecimento, tais como cultura, artes, esporte, lazer, informática, entre outras, visando ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas.”* O princípio da desigualdade é combatido na *“garantia nas mesmas oportunidades para todos os discentes, sem discriminação da cor, raça, condição social, religião.”* Já a diversidade é combatida e reconhecida na garantia da educação para a diversidade que visa *“promover o respeito, a valorização e a compreensão da diversidade cultural, étnica, racial, de gênero, religiosa, entre outras. Busca combater preconceitos e discriminações, promovendo a inclusão e o respeito à dignidade humana.”*

No município de Banabuiú existe diversos espaços educativos particulares que poderão potencializar a oferta da educação integral. Podemos destacar: uma escola técnica com 10 cursos profissionais, 1 instituição de ensino superior, grupo de teatro, grupos de dança, fábrica de ferro silício-siderúrgica. No entorno das escolas temos a presença de associações de pais e mestres, associação de pescadores, associações de grupos culturais, igrejas, sindicatos, salão paroquial, balneário, ginásio coberto, bibliotecas, hospital municipal, unidades básicas de saúde, CREAS, CRAS, dentre outros espaços. Araújo 2024 aponta que” [...] a educação integral abrange não apenas a educação realizada dentro dos muros escolares, mas também em parcerias

com entidade, que, com o aval da escola, formalizam algum tipo de atividade de caráter sociocultural, podendo ser ministrada em outros ambientes no contraturno (Araújo *et al* 2024, *apud* Brandolin, 2016). Estamos destacando algumas imagens desses espaços disponíveis em nossa cidade.

Imagem 1: Faculdade Philum e Escola Técnica



Fonte: Faculdade Philum, 2024.

Imagem 2: Libra Ligas Do Brasil – Siderúrgica Em Banabuiú



Fonte: Site: About Us – Libra Ligas

Imagem 3: Ginásio Coberto João Claudino – Banabuiú-Ce



Fonte: Monólitos Post, 2024.

Imagem 4: Biblioteca Pública Municipal - Banabuiú-CE.



Fonte: Revista Central, 2024.

Institucionalização de Política de Educação Integral em Tempo Integral

No município de Banabuiú a institucionalização da política de educação integral em tempo integral está de acordo com a Lei complementar estadual nº 297, de 19 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a ampliação do Programa Aprendizagem na Idade Certa – Mais PAIC, que a partir de então passa a ser denominado PAIC Integral.

No ano de 2023 o município de Banabuiú assinou o termo estadual de adesão ao programa PAIC integral tendo em vista a contribuição que tal iniciativa oferece. Em 2024, o município de Banabuiú emitiu o Decreto de número 198/2024, que cria a política de educação integral na perspectiva de escolas em tempo integral na rede municipal de ensino.

Entretendo, faz-se necessário evidenciar que o município de Banabuiú já tinha iniciativas da integralização da rede de ensino, haja visto que no ano de 2018 foi implementada a modalidade em tempo integral na Escola de Ensino Fundamental Irmã Ruth Távora de Albuquerque, na sede do município, que se tornou, deste modo, a unidade de ensino pioneira nessa modalidade no município de Banabuiú.

Diante das experiências positivas em 5 (cinco) anos nessa modalidade, em 2023, o ensino integral foi implementado em outras escolas da rede de ensino, como na escola Raul Urquidi, que passou a funcionar totalmente em tempo integral. As demais unidades de ensino fundamental, por sua vez, implementaram a referida modalidade em todas as turmas de 9º anos.

A Lei nº 14.640/2023 veio ao encontro da Lei estadual e da Lei municipal, que além da institucionalização a nível federal, representa um grande incentivo técnico e financeiro para a manutenção e desenvolvimento da educação básica.

Diante do fomento financeiro estadual e federal, em 2024, 11 (onze) unidades escolares do ensino fundamental maior foram implementadas com tempo integral nas turmas 8º anos.

Atualmente, o município possui 17 unidades de ensino, com 3447 alunos matriculados, sendo destes, 1090 alunos na modalidade em tempo integral, representando 31,6% da rede, cumprindo assim a meta 6 do Plano Nacional de Educação. O município continuará implementando a modalidade de tempo integral de forma gradual na rede de ensino. Está previsto para 2025 a modalidade em todas as turmas de 7º, 8º e 9º anos, e assim sucessivamente, até que todas as unidades estejam totalmente em tempo integral.

A Lei federal além de ser um ato normativo é também um incentivo financeiro na garantia dos direitos à educação ao proporcionar a igualdade de acesso e permanência na oferta de educação pública de qualidade para todos, de forma inclusiva, proporcionando liberdade de ensino e aprendizagem, com a participação da sociedade na construção do projeto pedagógico de cada unidade de ensino.

Quando o sistema de ensino consegue garantir os direitos à educação de qualidade para todos, o mesmo estará contribuindo para o enfretamento da desigualdade social, garantindo um sistema educacional mais justo e inclusivo, na garantia das mesmas oportunidades para todos

os alunos, sem nenhuma discriminação da cor, raça, condição social, religião, cultura ou orientação sexual.

Anualmente a secretaria municipal de educação elabora um plano de trabalho em consonância com o decreto estadual que garante alimentação escolar para todas as escolas da rede, como também infraestrutura mínima para o atendimento às escolas em tempo integral. As diretrizes da educação municipal trazem os eixos inclusão, formação de professores e participação da comunidade na construção do currículo escolar. Muito já estar sendo feito, mas somos sabedores que muito ainda precisa se fazer para combater a desigualdade social escolar.

Metodologia

O presente trabalho foi realizado em diferentes etapas. Inicialmente, elaboramos um plano de implementação das escolas em tempo integral para rede pública municipal de Banabuiú-CE, por meio do qual fomos coletando informações das mais diversas fontes sobre a temática. Tais ações se deram com o intuito de fundamentar substancialmente os direcionamentos a que iríamos nos ater.

Para dar maior ênfase às referências teóricas, fomos a campo em busca de documentos disponíveis para fundamentar a referida pesquisa. Após fundamentação teórica, partimos para a criação de um questionário para aplicação através do *Google Forms*. Ressalta-se que paralela a esta, fizemos todas as observações pertinentes à temática enfocada.

Coletamos assim, informações junto à clientela atendida. De posse das informações que nos favoreceram um elo junto para a compreensão científica, fomos dando corpo ao nosso trabalho, quando fomos selecionando cada questionamento interessante e fazendo a relação concernente ao nosso foco de análise. Dessa forma, buscou-se responder ou constatar as indagações apresentadas nos objetivos da pesquisa.

A pesquisa abrangeu professores e gestores lotados nas 12(doze) escolas públicas do município composta por 94 (noventa e quatro) professores e 27 (vinte e sete) gestores, no total de 121 (cento e vinte e um) professores e gestores lotados nas escolas em tempo integral, deste quantitativo 104 (cento e quatro), equivalente a 86% dos profissionais responderam à pesquisa, que será apresentada a seguir.

Análise e Discussão dos Resultados

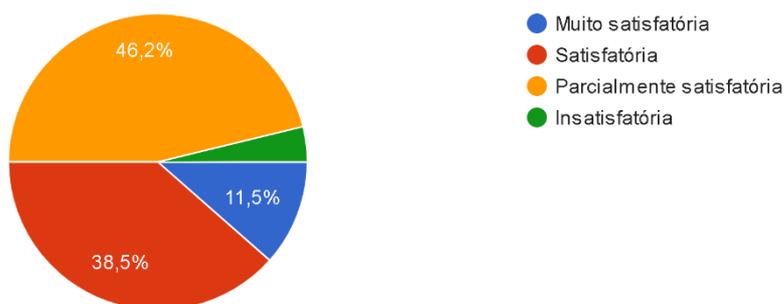
Os dados coletados com a aplicação dos questionários foram analisados, descritos e tabulados. As informações obtidas quantitativas e qualitativas foram analisadas e interpretadas para se chegar às considerações finais.

Os gestores e professores foram questionados sobre a implementação da escola em tempo integral nas unidades de ensino. Eles se posicionaram conforme o gráfico 1.

Gráfico 1 – Percepção sobre Educação Integral

PERCEPÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO INTEGRAL Como você avalia a implementação da educação integral na sua escola?

104 respostas



Fonte: Dados do estudo.

Ao se posicionar sobre a implementação 46,2% dos entrevistados apontaram parcialmente satisfatória, 38,5% indicaram satisfatória, 11,5% apresentaram muito satisfatória e apenas 3,8% se posicionaram como insatisfatória. De acordo com os dados a implementação do programa escola em tempo integral se apresenta para a maioria dos depoentes de forma parcialmente satisfatória no município. A adoção desse modelo, quando aceita pela maioria da comunidade escolar, pode transformar a rede municipal de ensino, promovendo maior equidade e melhorando os indicadores educacionais e sociais da região. Araújo *et al*, (2024) corrobora com os entrevistados afirmando que “é preciso levar em consideração a ampliação do tempo escolar, como caminho para ampliação da aprendizagem fora da sala de aula” (Araújo *et al*, p.24, 2024).

Perguntados aos entrevistados sobre os principais avanços na implementação das escolas em tempo integral, obtivemos as respostas no gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 – Principais avanços da Implementação da Educação Integral na escola.

Em sua opinião, quais foram os principais avanços da implementação da educação integral na escola?

104 respostas



Fonte: Dados do estudo.

O gráfico 2 mostra os principais avanços na implementação, sendo que que 48,1% apontaram sendo o aumento da integração entre disciplinas e áreas do conhecimento o principal avanço na implementação, seguido de 27,9% melhora no gosto e zelo pela escola, 17,3% melhora na socialização dos alunos.

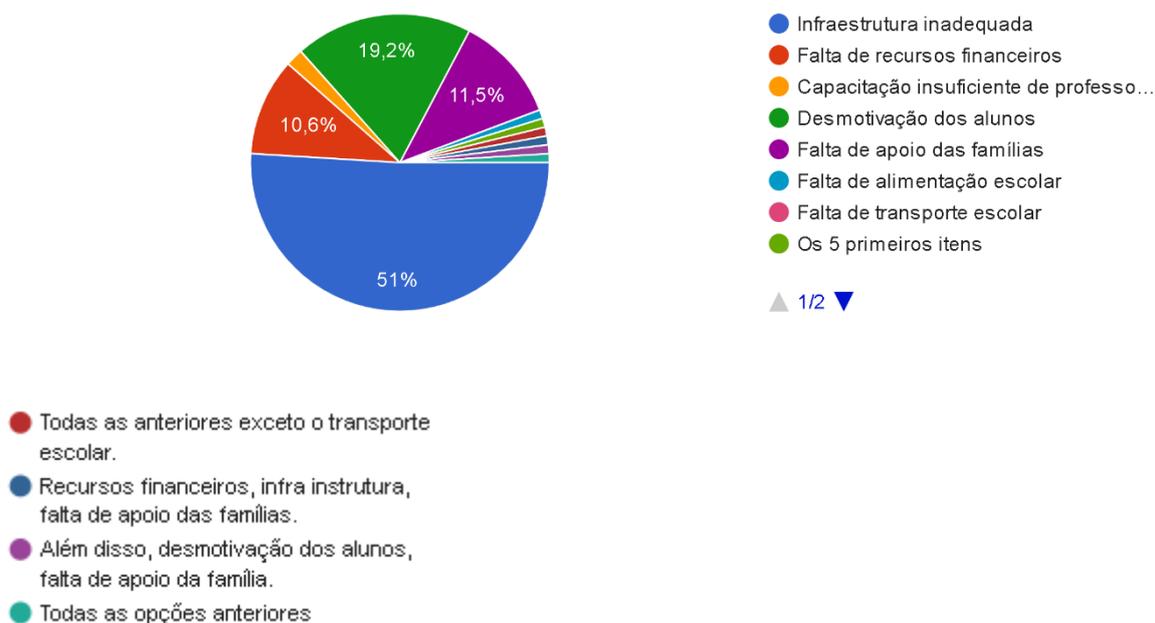
Para a maioria dos entrevistados o programa escola em tempo integral possibilita a integração das áreas do conhecimento, transforma a escola em um ambiente que não apenas instrui, mas também inspira e prepara os estudantes para uma vida plena e cidadã. Essa abordagem é fundamental para atender às demandas de um mundo em constante transformação, promovendo uma educação mais humana e conectada.

Ao perguntar aos entrevistados sobre os maiores desafios na implementação, chegamos aos seguintes resultados, conforme o gráfico 3.

Gráfico 3 – Aspectos da Educação Integral considerados mais desafiadores na escola.

Quais aspectos da educação integral você considera mais desafiadores na sua escola?

104 respostas



Fonte: Dados do estudo.

A maioria, ou seja 51% apontaram sendo a infraestrutura o maior desafio, seguida de 11,5% da falta de apoio da família e 10,6 sendo a falta recursos financeiros.

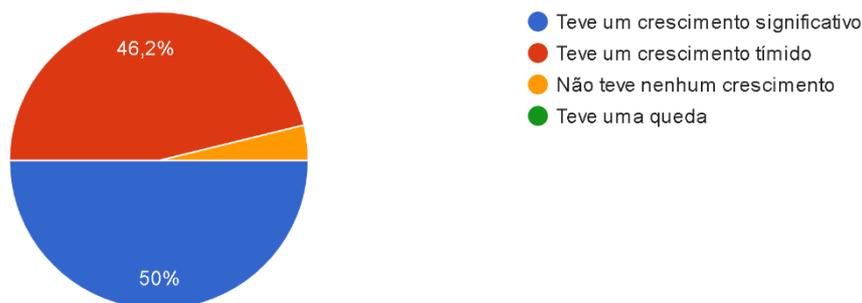
A grande maioria dos depoentes apontaram como maior desafio para a implementação do programa tempo integral a estrutura física e recursos financeiros, a combinação de recursos financeiros robustos e infraestrutura de qualidade é indispensável para transformar a escola em tempo integral em uma experiência educativa eficaz e inclusiva. Essa base permite oferecer uma formação integral, promovendo o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes e contribuindo para o progresso do município como um todo.

Ao perguntar aos entrevistados a respeito dos indicadores educacionais nos dois últimos anos, período da implementação do programa em tempo integral em todas as escolas do ensino fundamental, chegamos aos seguintes resultados, conforme o gráfico 4.

Gráfico 4 – Indicadores educacionais da escola nos últimos 2 anos.

Em relação aos indicadores educacionais da sua escola nos 2 últimos anos

104 respostas



Fonte: Dados do estudo.

Metade dos entrevistados, ou seja, 50% apontaram um crescimento significativo, seguido de 46,2% crescimento tímido e 3,8% não indicaram que não teve crescimento.

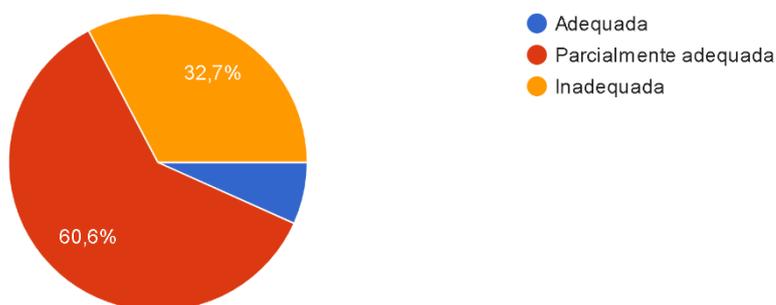
De acordo com os dados os depoentes indicaram que a implementação das escolas em tempo integral rede municipal de ensino é uma estratégia poderosa para melhorar os indicadores educacionais, promovendo um impacto positivo no desempenho dos alunos e na qualidade da educação.

Quando perguntamos aos depoentes sobre infraestrutura e recursos para implementação do programa escola em tempo integral, obtivemos os resultados, conforme o gráfico 5 a seguir.

Gráfico 5 – Percepção sobre a Infraestrutura e Recursos.

INFRAESTRUTURA E RECURSOS Como você avalia a infraestrutura da escola para a implementação da educação integral?

104 respostas



Fonte: Dados do estudo.

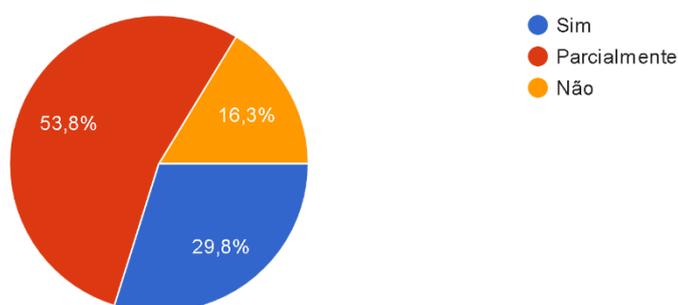
A maioria dos entrevistados, ou seja, 60,6% apontaram como parcialmente adequada, seguindo de 32,7% sendo inadequada e apenas 6,7% indicaram infraestrutura adequada. De fato, uma infraestrutura adequada é essencial para que a escola em tempo integral alcance seus objetivos pedagógicos e sociais. Ela pode garantir um funcionamento mais eficiente, como também cria um ambiente que valoriza o aprendizado, promove o bem-estar e fortalece os vínculos entre alunos, professores e comunidade escolar. Nesse sentido Araújo 2024 contribui afirmando que, “é preciso que o poder público faça os investimentos necessários, como a construção de escolas que ofereçam melhores condições de trabalhos ao todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem” (Araújo 202, p.11). Assim, percebemos que a infraestrutura e os recursos financeiros são os principais desafios na implementação do programa das escolas em tempo integral.

Perguntados sobre a oferta de formação adequada para o programa escola em tempo integral, chegamos aos resultados, conforme o gráfico 6, a seguir.

Gráfico 6 – Percepção sobre a Formação e a Capacitação de professores e Gestores.

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES E GESTORES. Você considera que recebeu formação adequada para atuar no modelo de educação integral?

104 respostas



Fonte: Dados do estudo.

A maioria, sendo 53,8% apontaram que receberam parcialmente formação, seguido de 29,8% que receberam formação adequada e 16,3% indicaram que não receberam formação adequada. Percebe-se nas respostas dos entrevistados a necessidade de uma formação mais ampla sobre o programa escolas em tempo integral.

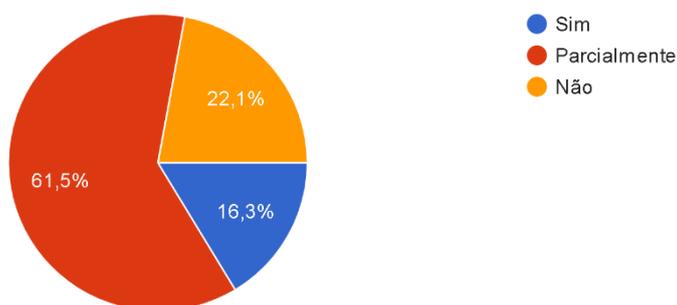
A formação inicial e continuada é indispensável para o sucesso das escolas em tempo integral, pois prepara os professores para enfrentar os desafios do modelo, promover uma educação de qualidade e contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes. Investir na capacitação docente é uma estratégia que gera impactos positivos em toda a rede municipal de ensino, fortalecendo a educação pública e ampliando as oportunidades de aprendizado e crescimento para os alunos.

Ao questionar os entrevistados sobre motivação dos alunos com a implementação das escolas em tempo integral, obtivemos os seguintes dados (gráfico 7).

Gráfico 7 – Percepção do aumento da motivação dos alunos após a implementação da escola em tempo integral.

Você percebe um aumento na motivação dos alunos após a implementação da escola em tempo integral?

104 respostas



Fonte: Dados do estudo.

A maioria, ou seja, 61,5% indicaram como parcialmente motivação, seguido de 22,1% que não houve motivação e 16,3% confirmaram que houve motivação.

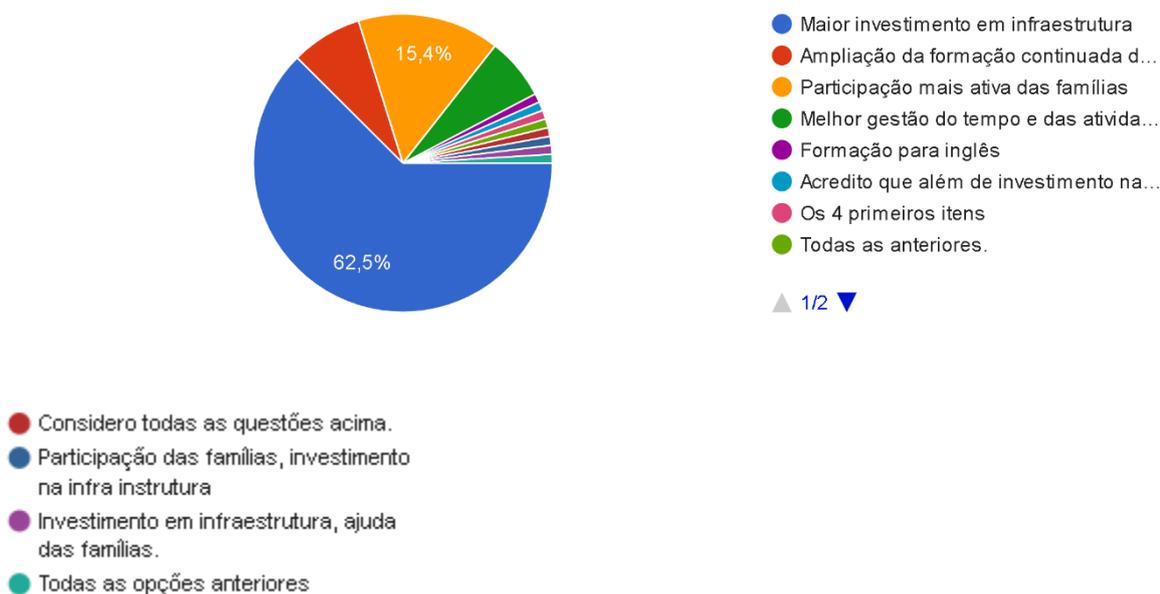
A escola em tempo integral oferece um ambiente rico e diverso que pode transformar a experiência educacional dos alunos, aumentando significativamente sua motivação para aprender. Ao oferecer atividades dinâmicas, desenvolver competências socioemocionais e criar um espaço acolhedor, esse modelo educacional fortalece os vínculos dos estudantes com a escola e promove um aprendizado mais significativo. Investir na motivação dos alunos é, portanto, um caminho essencial para melhorar os resultados educacionais e preparar cidadãos mais engajados e confiantes para o futuro.

Quando perguntamos aos entrevistados, sobre quais medidas poderiam melhorar a implementação do programa escolas em tempo integral, coletamos os dados a seguir (gráfico 8).

Gráfico 8 – Medidas que poderiam melhorar a implementação da escola integral.

Em sua opinião, quais medidas poderiam melhorar a implementação da educação integral?

104 respostas



Fonte: Dados do estudo.

Novamente, a grande maioria, sendo 62,5% apontaram como maior investimento em infraestrutura física, seguido de 15,4% maior participação da família, 7,7% indicaram ampliação de formação continuada e 6,7% apontaram para melhor gestão do tempo e das atividades.

Em uma unidade escolar a estrutura física pode oferecer conforto, segurança, variedade de espaços, socialização etc. Uma gestão sendo eficiente do tempo proporciona uma rotina equilibrada e enriquecedora dos processos de ensino aprendizagem, enquanto a participação efetiva das famílias pode criar vínculo forte entre a escola e a comunidade.

Esses três elementos integrados formam a base para uma educação de qualidade, que transforma a experiência escolar dos alunos e contribui para seu desenvolvimento integral e fortalecimento e o fortalecimento da rede municipal de ensino.

Considerações Finais

Muitas dificuldades são encontradas na implementação do programa escolas em tempo integral, tais como, Infraestrutura inadequada, recursos financeiros, formação de professores etc. Muitas escolas da rede ainda não possui a infraestrutura adequada para receber os alunos em tempo integral, que possa garantir banheiros, vestiários, refeitórios, espaços recreativos, quadra coberta, atendimento educacional especializado, bibliotecas e laboratórios.

Podemos destacar também, recursos financeiros limitados. Embora o município de Banabuiú tenha o aporte financeiro estadual e federal, esses recursos ainda são insuficientes para atender adequadamente todas as unidades de ensino da rede.

Outro eixo que representa uma dificuldade no município é a formação inicial e continuada dos profissionais da educação referente à política de educação integral. Sendo superada essa dificuldade, a rede estará superando também outras, tais como: construção de um novo currículo escolar, gestão democrática e participativa e resistência dos pais e alunos ao programa.

Apesar das dificuldades elencadas acima, podemos destacar muitos avanços da rede na implementação do programa, a saber: Estruturação dos atos normativos da política, a nível municipal, estadual e federal. Banabuiú já conta com a institucionalização da política, inclusive com aporte financeiro da rede estadual e rede federal.

Outro grande avanço na rede municipal é referente a quantidade de matrículas e escolas em tempo integral. Em 2024, Banabuiú tem 3447 alunos matriculados, sendo destes, 1090 alunos na modalidade em tempo integral, representando 31,6% da rede, cumprindo assim a meta 6 do Plano Nacional de Educação.

O município continuará implementando a modalidade de tempo integral de forma gradual na rede de ensino. Está previsto para 2025 a modalidade em todas as turmas de 7º, 8º e 9º anos, e assim sucessivamente, até que todas as unidades estejam totalmente em tempo integral.

Atualmente todas as unidades de ensino fundamental tem ao menos 2 (duas) turmas implementadas em tempo integral, sendo garantido acesso e permanência com a oferta de 3 (três) refeições diárias.

Os indicadores educacionais referentes ao processo avaliativo do ano de 2023, mostram um avanço na qualidade do ensino da rede municipal. O sistema de avaliação da educação

básica – SAEB apresenta esse crescimento na rede, sendo que em 2021 o IDEB dos anos iniciais da educação básica pública era 4,9, alcançando 5,7 em 2023. Nos anos finais do ensino fundamental o município permaneceu com IDEB 5,1.

Embora que tímido, a rede apresenta um crescimento na qualidade da educação pública no ensino fundamental. Somos sabedores que muito está sendo feito, mas somos conscientes que muito ainda há de ser feito para a rede garantir educação de qualidade para todos.

Referências

ARAÚJO, Diomark Pereira de, SOUZA, Maria de Fátima Matos, GUIMARÃES, Keila Roberta Cavalcante. **A implementação da educação integral em tempo integral no contexto brasileiro: uma revisão da literatura.** São José dos Pinhais- Paraná 2024.

ARROYO, Miguel. **O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver.** In MOLL, Jaqueline et al. Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. P. 33-45.

BANABUIÚ, **Decreto 198/2024, política de educação integral na perspectiva de escolas em tempo integral da rede municipal,** 2024.

BRASIL, **Formação Continuada em Educação Integral em tempo integral -** Texto de referência para a Formação Continuada de Secretários (as) de Educação e Equipes Técnicas de Secretarias no âmbito do programa Escola em tempo integral, Brasília-DF SEB/MEC 2024.

_____. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC.** Disponível [anexo texto bncc \(mec.gov.br\)](#) acesso em 09/09/2024 às 14:35.

_____. **LDB. Lei 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em [LDB 7ed.pdf \(senado.leg.br\)](#) acesso em 09/09/2024 às 14:40.

_____. Lei n. 10.172, de 9/01/ 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Brasília- DF: Presidência da República, Casa Civil, 2001.

_____. Lei nº13.005, de 25/06/2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Brasília – DF: Presidência da República, Casa Civil, 2014.

_____, Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. **Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.** Brasília – DF: Presidência da República, Casa Civil, 2023.

_____, Lei 1.495, de 2 de agosto de 2023. **Dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integra e dá outras providências.**

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado do. **Documento Curricular Referencial do Ceará: ensino infantil e ensino fundamental.** Fortaleza: SEDUC, 2019.

_____. Secretaria da Educação do Estado do. Guia Orientador da EMTI – Escola Municipal em Tempo Integral. Fortaleza: SEDUC, 2022.

_____. Secretaria da Educação do Estado do. Decreto. **Que dispõe sobre a ampliação do programa aprendizagem na idade certa** – MAIS PAIC Fortaleza: SEDUC, 2023.

GADOTTI, Moacir. **Educação integral no Brasil: inovações em processo.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

_____. **Uma escola para todos os caminhos da autonomia escolar.** Petrópolis: Vozes, 1991.

GONÇALVES, A. S. . **Reflexões sobre Educação Integral e Escola de Tempo Integral.** Cadernos CENPEC , v. 1, p. 129-135, 2006.

PADILHA, Paulo Roberto *in*: GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo.** – São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. – (Educação Cidadão; 4).



Como citar este artigo (Formato ABNT):

TORRES, Nyvea Cilene Nogueira; LOPES, Raimundo Edilberto Moreira. Política para a Implementação da Educação Integral em Tempo Integral nas Escolas Públicas Municipais de Banabuiú-CE no Ano de 2024: Avanços, Dificuldades e Desafios. **Id on Line Rev. Psic.**, Dezembro/2024, vol.18, n.74, p. 83-110, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 29/10/2024; Aceito 19/12/2024; Publicado em: 30/12/2024.